

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA

EM

05 DE FEVEREIRO DE 2013

ACTA Nº 03

-----Aos cinco dias do mês de Fevereiro do ano de 2013, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves, e com a presença dos Vereadores, Senhores, Avelino de Jesus Silva Pedroso, António Gonçalves Cardoso, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Duarte Ventura e comigo, Carla Maria Conceição Rodrigues, Coordenadora Técnica.------

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas e trinta minutos.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

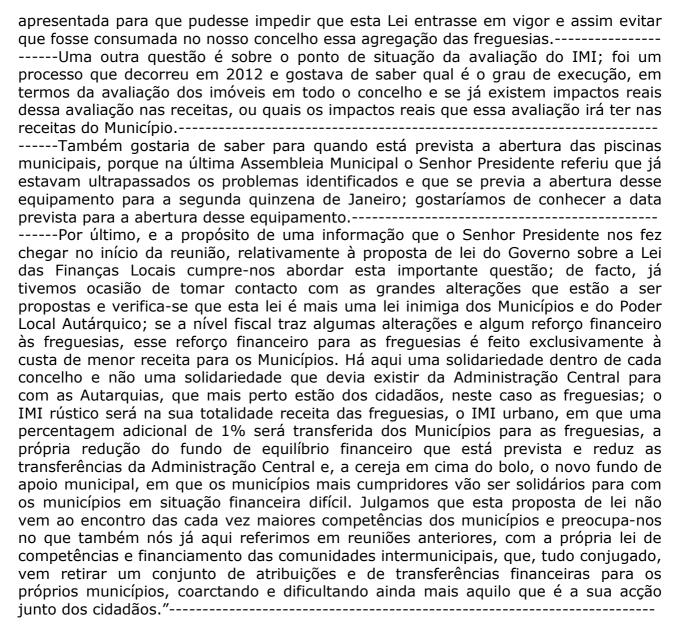
-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** propondo à Câmara "um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Cruz, que foi durante muitos anos director da Comarca de Arganil e que teve também uma ligação muito grande à área social, tendo, inclusivamente, feito parte da Comissão de Protecção de Menores.----------Propor também um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Marques Fernandes, que foi Presidente da Assembleia de Freguesia durante muitos anos e teve uma participação grande no movimento associativo.----------Gostaria ainda de assinalar o falecimento da filha da tesoureira da Junta de Freguesia, a Lucília Rebelo, também com um voto de pesar.---------Queria também referir-me à inauguração do novo Lar de Côja, que é uma obra meritória do Centro Social e Paroquial de Côja, que teve uma pequena mais comparticipação da Câmara e agora recentemente uma pequena comparticipação do Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Quero congratular-me com esta inauguração; o Lar está neste momento com cerca de metade da sua capacidade. Gostava de ter uma palavra de apreço para com o Senhor Padre Dinis, que foi o grande dinamizador da sua construção e também uma palavra ao Padre Rodolfo Leite, que assumiu recentemente a Paróquia de Côja e que tem esse enorme desafio de gerir esta instituição.-----



-----Uma palavra de felicitações para o Centro Social e Paroquial de Côja que inaugurou uma estrutura que dignifica não só a freguesia de Côja mas também o concelho de Arganil, a qual vem responder a um conjunto de necessidades identificadas. Contudo todos nós teremos de repensar muito bem, num momento de crise que o País atravessa, na sustentabilidade de todos estes equipamentos, nomeadamente a valência de lar, já que existem alguns equipamentos no nosso concelho que não estão a ter o retorno esperado; as IPSS antes de iniciarem avultados investimentos devem ter consciência da obtenção de garantias para o seu funcionamento no futuro, pois todos sabemos que tem sido muito difícil nos últimos anos obter acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social, imprescindíveis para essa mesma sustentabilidade e para a qualidade dos serviços prestados; deixo uma palavra de estímulo, coragem e felicitações para com toda a Direcção do Centro Social e Paroquial de Côja, pela obra que recentemente inauguraram.

-----Gostaria de colocar uma questão relativamente à Lei 11-A/2013, que entrou recentemente em vigor, que publicou o novo mapa autárquico das freguesias; esta lei considerou a agregação de 5 freguesias no concelho de Arganil, com a extinção de 4 freguesias; em que ponto se encontra a providência cautelar sobre a qual o Senhor Presidente informou a Câmara e com a qual todos nós concordámos, que seria





-----Relativamente ao Centro Paroquial de Côja, felicitá-lo pela inauguração das novas instalações; isto vem reforçar a nossa capacidade de atendimento ao idoso no concelho; creio que deve ser dos concelhos no Distrito melhor dotado de equipamentos de apoio ao idoso, muito pela determinação dos nossos concidadãos,



-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que "sobre a Lei 11-A/2013, sobre a reorganização administrativa, o nosso advogado está a preparar a providência cautelar e, para além disso, seguirá também uma participação para o Provedor de Justica, essencialmente com incidência sobre o facto da pronúncia da Assembleia Municipal não ter sido considerada pela Unidade Técnica, no âmbito da sua avaliação, que é a única entidade que depois pode suscitar inconstitucionalidade, junto do Tribunal Constitucional; na nossa perspectiva poderá ter sido violado o princípio da pronúncia que estava previsto na Lei, uma vez que ela não foi analisada; paralelamente à providência cautelar, haverá também esta participação ao Provedor de Justiça que depois tomará as diligências que entender.----------Sobre a avaliação do IMI, temos no concelho 12059 prédios e já foram avaliados 10562 ou seja, neste momento estão avaliados 87,59% dos prédios; não temos muito mais dados face ao último estudo que tínhamos feito; temos mais dados mas ainda não estão suficientemente tratados. Em princípio, julgo que este processo deverá ficar concluído este mês, ou nos primeiros dias do mês de Março.----------Relativamente à abertura das piscinas, estão a ser desenvolvidas as necessárias operações para fazer o seu arranque, para além daqueles problemas técnicos que havia que resolver, também o arranque do sistema das caldeiras demorou mais um pouco; não posso hoje apontar uma data para a sua abertura, mas será, provavelmente, no início do mês de Março, pois não fará sentido iniciar durante o mês de Fevereiro; logo que tenhamos essa informação, transmitirei aos Senhores

-----Sobre a Lei das Finanças Locais, é uma proposta de lei, como é proposta o novo quadro de competências das freguesias, dos municípios e das comunidades intermunicipais; é evidente que tem aspectos que consideramos preocupantes, nomeadamente ao nível do produto dos impostos, que na lei das finanças locais era de 25% e que passa para 18,75% e aqui, à partida, há uma redução do valor global de 25%, o que também é verdade, se olharmos só para a Lei das Finanças Locais, mas se considerarmos todos os cortes que houve ao longo dos últimos anos, em que a Lei das Finanças Locais nunca foi cumprida, facilmente chegaremos à conclusão que não estaremos a falar de um corte dessa dimensão porque, de facto, o bolo global já não é hoje os 25% sobre o produto dos impostos do IRS e do IRC. Por outro lado, tem também outra componente com a qual não posso concordar, que é a instituição deste princípio da solidariedade daqueles que têm as contas em dia, para com aqueles que não têm; isso basicamente parece-me que é para premiar aqueles que não têm as contas em dia. Tem um aspecto que me parece positivo, que é o novo método de cálculo para os Municípios, em que considera e isso é uma reivindicação antiga dos Municípios de montanha, nomeadamente através da secção de municípios de montanha da associação nacional de municípios à qual tenho a honra de presidir, que



é uma discriminação positiva para estes municípios, e para os municípios que têm rede natura, em que há um peso maior nestas componentes de forma a descriminar positivamente estes municípios; este aspecto parece-me importante. A Associação Nacional de Municípios tem uma posição sobre o assunto, nomeadamente contra este projecto de lei, este assunto vai ser discutido intensamente na Assembleia da República, e o que esperamos é que possa haver um conjunto de contributos que sejam decisivos para melhorar aquilo que é o articulado da proposta; esta discussão vai ocorrer neste primeiro semestre, porque a lei terá que entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014, é esse o compromisso do Estado Português com a TROIKA.----------A questão das competências das freguesias, dos municípios e das comunidades intermunicipais, também é uma discussão que está a decorrer no Parlamento e que terá que ter uma votação muito em breve; se não este mês ainda, durante o mês de Março, terá que ter uma votação. E aí, também esperamos que haja algumas alterações, nomeadamente sobre o modelo de governância das comunidades intermunicipais porque há algo que nos deixa preocupados, que tem a ver com o facto de poderem existir dois secretários executivos, que têm um poder quase maior que os Presidentes de Câmara, que são eleitos directamente, e isso é uma matéria que suscita muitas reservas e esperamos que isso possa ser alterado na Assembleia da República."------

-----O Senhor Vereador **Miguel Ventura** perguntou ainda, relativamente às CIM, se o Senhor Presidente podia partilhar alguma informação sobre a nova CIM, ou seja, sobre a evolução do processo de constituição da CIM da região de Coimbra.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "relativamente à questão que o Senhor Vereador Miguel Ventura colocou, decorreu já uma reunião com todos os Municípios que vão integrar a nova Comunidade da região de Coimbra, e o espírito é muito o de que estamos a criar uma nova entidade, não há nenhuma integração, nenhuma fusão, vamos criar uma nova entidade que tem 19 municípios e que na prática retoma um pouco as fronteiras do Distrito e, além do Distrito, temos a Mealhada e Mortágua. Depois dessa reunião, tivemos uma outra com os Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional e com o Secretário de Estado da Administração Local e esse processo de reorganização das NUT só poderá



ser concluído, e é concluído pela Assembleia da República, e depois tem que ter a concordância do Eurostat, depois deste projecto lei do novo regime de competências das freguesias, dos municípios e das entidades intermunicipais estar concluído; o que significa que, só em Abril, é que esta questão poderá estar definitivamente concluída. Sem prejuízo de nós fazermos já todo o trabalho em conjunto; aliás, já estão a ser desenvolvidos os trabalhos preparatórios para a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento, com os 19 municípios, que é coordenado pelo Professor Augusto Mateus. Isso já está a ser feito e agilizado, não a soma de dois territórios, mas um território novo, que terá uma elevada participação de todos os agentes do território. Sem haver ainda uma estrutura formal, já estamos a trabalhar em rede. Com o QREN, há que encerrar um conjunto de projectos e isso implica que as duas comunidades intermunicipais existentes, o Baixo Mondego e o Pinhal Interior Norte, tivessem que ir até 2015 e a nossa proposta foi que a nova entidade pudesse dar seguimento a esses trabalhos, porque não faz muito sentido estarmos a participar numa comunidade que sabemos que vai terminar e, ao mesmo tempo, numa nova; até do ponto de vista da economia do tempo, faz todo o sentido. O Governo ficou em estudar essa hipótese das competências hoje da CIMPIN e da CIM do Baixo Mondego poderem passar para a nova entidade, garantindo uma maior agilização de todos os processos."-----

ORDEM DO DIA

| O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos | s: |
|--|----|
| ORDEM DE TRABALHOS: | |
| Capítulo Filineiro – Aprovação de Acta, | |
| Capítulo Terceiro – Requerimentos Diversos; | |

Capítulo Primeiro

Aprovação de Acta

| PRIMEIRO: Discussão e aprovação da Acta nº 02, correspondente à reunião |
|--|
| ordinária realizada no dia 15 de Janeiro de 2013. |
| Lida que foi em voz alta, analisado o seu conteúdo e produzidos os |
| esclarecimentos necessários, deliberou-se, por maioria, com a abstenção do Senhor |
| Vereador Avelino Pedroso, aprovar a Acta nº 02, correspondente à reunião ordinária |
| realizada no dia 15 de Janeiro de 2013 |





Capítulo Segundo

Diversos

| PRIMEIRO: De Leonardo Francisco de Almeida Paula, residente na Gandara, |
|--|
| Arganil, a requerer a ocupação das meias – lojas nº 1 e 2, no R/C do Mercado Municipal, de venda de peixe, pelo valor base da hasta pública, diluído mensalmente |
| Presente a informação nº INF/DAGF SAG/8/2013, datada de 22/01/2013, elaborada conjuntamente pela Coordenadora Técnica, Carla Rodrigues e pela Técnica Superior Inês Anjos, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.— |
| Relativamente ao assunto, acima mencionado, informo: |
| renda mínima fixado que no presente caso é de 12,60 €/ cada, conforme artigo 18º do Anexo I do Regulamento Geral e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas do Município de Arganil |
| Assim, e porque compete à Câmara Municipal a definição dos termos de concessão do direito de ocupação, propõe-se que o presente pedido seja submetido à próxima reunião de Câmara e que seja concedido ao requerente o direito de ocupação das meias lojas nº 1 e 2, no rés do chão do Mercado Municipal para venda de peixe, pelo período de um ano não renovável a partir da data da notificação, findo o qual deverá ser aberta nova hasta pública, uma vez que nos termos em que se encontra o art.º 20 do Regulamento de Feiras e Mercados actualmente não é possível a cobrança do valor base da hasta pública |
| Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 23.01.2013: "À Reunião de Câmara" |
| Analisado que foi o pedido, bem como a informação que antecede, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder ao requerente o direito de ocupação das meias lojas nº 1 e 2, no rés do chão do Mercado Municipal para venda de peixe, pelo valor da renda mínima fixada, ou seja 12,60€ cada meia loja e pelo período de um ano não renovável a partir da data da notificação. Notifique-se |



-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.--

-----SEGUNDO: Insolvência de Heitor Oliveira Unipessoal, Lda - solicitação de levantamento de ónus de inalienabilidade do prédio urbano, Lote 12, sito em Uchas, freguesia de Côja, descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o nº 4453, artigo matricial 1880. Aditamento à deliberação tomada em reunião de Câmara de 7 de Agosto de 2012. ----------Presente a informação nº INF/DAGF/22/2012, datada de 17/01/2013, da Técnica Superior Vera Arcanjo, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos ----- Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cumpre informar o seguinte: ----------- 1) DOS ANTECEDENTES ----- Foi declarada a insolvência de "Heitor Oliveira Unipessoal, Lda," por sentença proferida pelo Tribunal Judicial de Arganil, em 07/05/2012. ---------- Em 25/06/2012, foi este Município notificado pelo Administrador da Insolvência - Dr. Romão Manuel Claro Nunes -, no sentido de autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade, Ap. 2363 de 2011/02/01, pelo prazo de dez anos, com início em 2003/06/05, do prédio urbano, lote 12, sito em Uchas, freguesia de Côja e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o n.º 4453, artigo matricial n.º 1880, daquela freguesia, com base no facto de faltar menos de um ano para a caducidade do dito ónus e no interesse generalizado dos credores. ----------- No seguimento daquela notificação, foi elaborada a INF/DAGF/460/2012, da Dra. Inês Anjos, na qual atenta a falta de cumprimento da cláusula sétima do contrato de compra e venda celebrado com a Insolvente – "a firma obriga-se a dar inicio às obras de construção dos pavilhões no prazo de seis meses, contados do dia seguinte ao da celebração do respetivo contrato de compra e venda, devendo este ser celebrado no prazo de três meses contados da notificação" - e, com base no n.º 2 do artigo 801.º do Código Civil, se expôs a faculdade de fazer regressar às partes a situação em que elas se encontrariam, se o contrato não tivesse sido celebrado, "mediante pagamento do valor que há data foi pago pela empresa ora insolvente a este Município. caso haja interesse naquela aquisição" (cfr. INF/DAGF/460/2012 - documento relacionado). ----------- Aquela informação foi submetida a reunião do executivo camarário de Arganil, tendo este deliberado, em 07/08/2012, não autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade, AP 2363 de 01/02/2011 do prédio urbano, lote 12, conforme identificado supra e proceder à reversão deste prédio a favor do Município, nos termos daquela informação (cfr. doc. em anexo).---------- Tal decisão foi comunicada em 13/08/2012 ao Administrador da Insolvência, tendo-se aí solicitado notícias da parte do mesmo a fim de ser efetivada a operação em causa (cfr. documento relacionado) Atenta a falta de resposta daquele Administrador, em 10/01/2013, foi este, novamente notificado, no sentido de se formalizar a aquisição pretendida por parte deste Município e ser definido o respetivo modus operandi (cfr. documento relacionado). ----------- Assim, em 14/01/2013, foi rececionada comunicação da parte do Administrador da Insolvência, na qual este se manifestou "disponível para proceder à venda ao Município, por €



799,00, do prédio" em causa, "operação que se poderá efetuar por escritura notarial ou por título de transmissão" (cfr. doc. relacionado). ------

----- 2) DAS DILIGÊNCIAS A EFETUAR ----- A fim de ser lograda a formalização da aquisição do prédio a favor do Município, há que diligenciar no sentido de ser instruído pedido de outorga de escritura pública junto do Cartório Notarial Privado de Arganil. ---------- Para efeito será necessária a junção de alguma documentação (ex. caderneta predial, certidão de teor das descrições e inscrições em vigor). ---------- Ora, de acordo com informação recolhida junto da Conservatória do Registo Predial de Arganil (cfr. doc. em anexo), o prédio em apreço encontra-se onerado com as seguintes penhoras: ----- - uma penhora a favor de "Lobo Alves & Amaral", cujo pedido de registo se operou em 010/03/12, no âmbito do processo executivo n.º 462/09.0 TBAGN, a correr termos no Tribunal Judicial de Arganil; ----------- - uma penhora a favor de "Fábrica de Ferragens Jomalco, Lda", cujo pedido de registo data de 2010/07/09, na sequência do processo executivo n.º 844/10.5 T2AGD, a correr termos no Juízo de Execução do Tribunal de Águeda; ----------- - uma penhora a favor de "Rações Selecção, SA", cujo pedido de registo se realizou em 2011/05/31, no âmbito do processo executivo n.º 230/10.7 TBAGN, a correr termos no Tribunal Judicial de Arganil. ---------- Após deslocação ao Cartório Notarial Privado de Arganil, foi a presente signatária informada de que, para o efeito pretendido - outorga de escritura notarial - deverá ser apresentada deliberação do executivo camarário na qual se plasme que aquela Edilidade deliberou não autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade, Ap 2363 de 01/02/2011 do prédio urbano, lote 12, sito em Uchas e proceder à reversão deste prédio a seu favor, o qual se encontra onerado com as penhoras acima descritas. ----------- Na realidade, o Município de Arganil, a 07/08/2012, deliberou, apenas, não autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade, Ap 2363 de 01/02/2011 do prédio urbano, lote 12, sito em Uchas, freguesia de Côja e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o n.º 4453, artigo matricial 1880 daquela freguesia e proceder à reversão deste prédio urbano a favor do Município de Arganil, nos termos da informação supra mencionada (cfr. doc. Em anexo). ----------- Todavia, atenta a matéria exposta urge, agora, completar tal deliberação, no sentido de se cumprir com o designado pelo cartório notarial acima referido. ----------- 3) DA PROPOSTA ----- Nestes termos, propõe-se a V. Exa. a submissão da presente informação a reunião do executivo camarário de Arganil, para que o mesmo delibere não autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade, Ap 2363 de 01/02/2011 do prédio urbano, lote 12, sito em Uchas, freguesia de Côja e descrito na Conservatória do Registo Predial de Arganil sob o n.º 4453, artigo matricial 1880 daquela freguesia e proceder à reversão deste prédio urbano a seu favor, sobre o qual se encontram inscritas penhoras a favor de "Lobo Alves & Amaral", de "Fábrica de Ferragens Jomalco, Lda" e de "Rações Selecção, SA", conforme supra enunciado. ----------- A Consideração Superior, -----------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 17.01.2013: "À Reunião de Câmara".----------A pedido do Senhor Presidente, a Dr.a Vera Arcanjo explicou que conforme decorreu da reunião de câmara realizada a 7 de Agosto último, o Município deliberou

proceder à reversão do prédio sito em Uchas, freguesia de Côja, a seu favor. Nesse

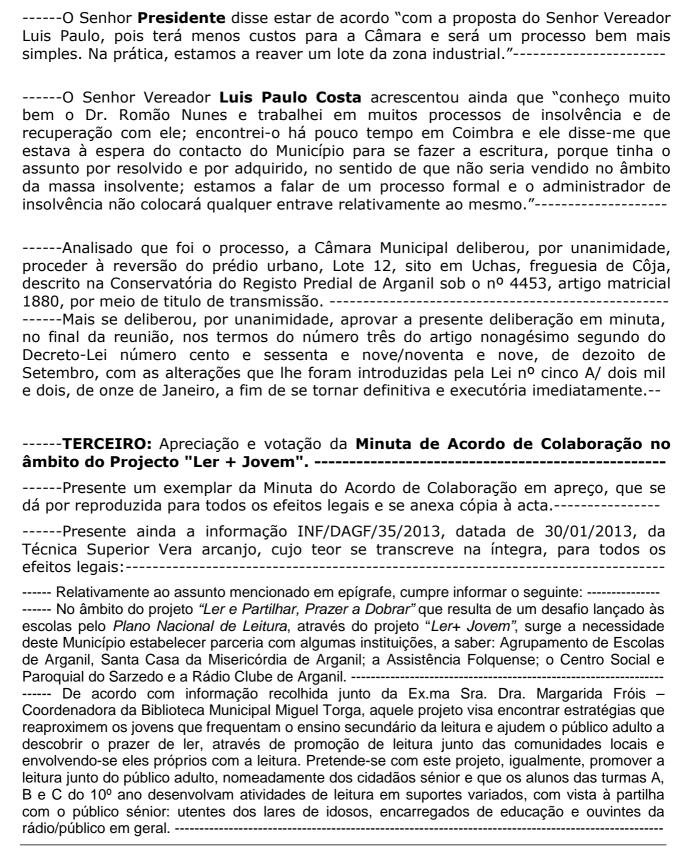


seguimento foram feitas diligências junto do administrador da insolvência no sentido de concretizar essa deliberação. Assim após indicação daquele administrador foi contactado o Cartório Notarial de Arganil, tendo sido dada a indicação de que para o efeito de transmissão de prédio a favor do Município teria de ser feito um aditamento à deliberação anterior, no sentido de se afirmar que sobre aquele prédio se encontram registadas penhoras a favor dos credores constantes nos registos da Conservatória de Arganil.

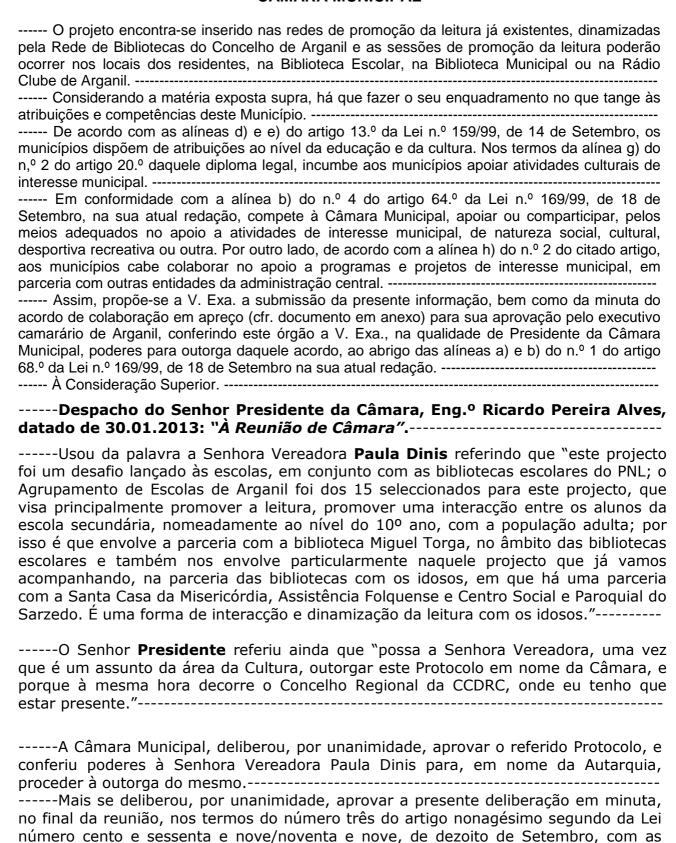
-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que "quando há uma insolvência todas as penhoras são levantadas e sabendo nós que existe uma insolvência e a celebração da escritura é com a massa insolvente, não percebo porque é que é necessário introduzir as penhoras na redacção da deliberação."------

-----O Senhor Vereador **António Cardoso** perguntou se o administrador da insolvência pode recusar-se a passar esse título.-----



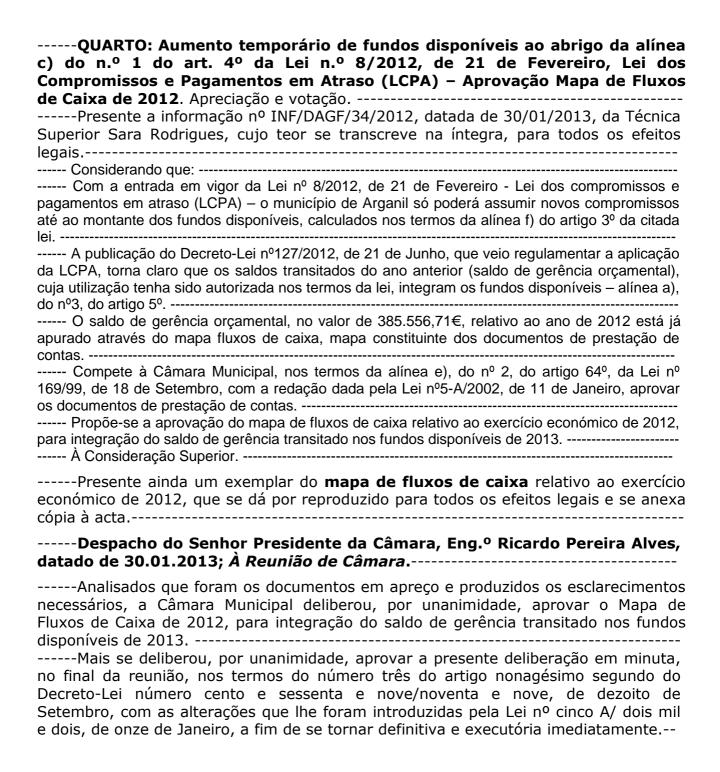




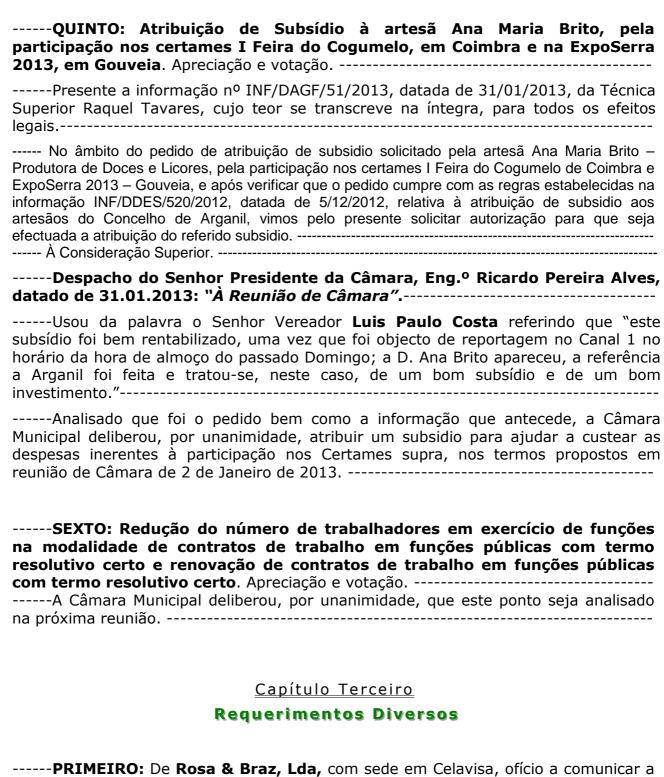




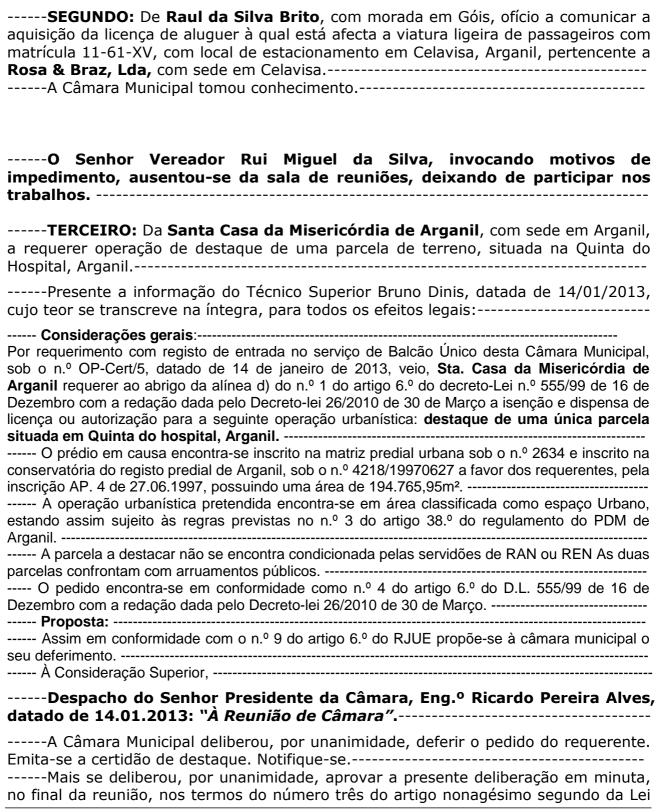
alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.-----









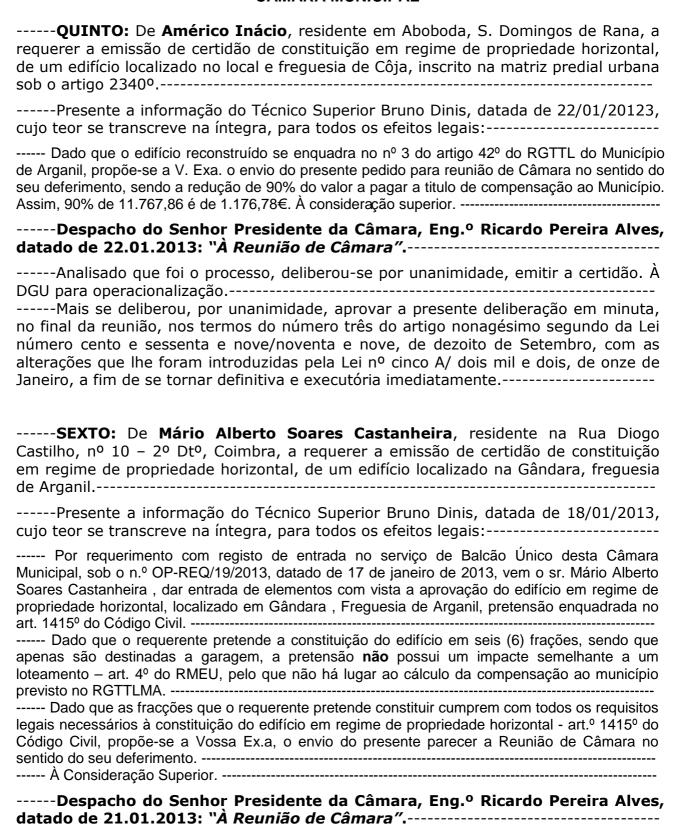




número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente.------

| Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executoria imediatamente |
|---|
| O Senhor Vereador Rui Miguel da Silva, regressou à sala de reuniões, passando a participar nos trabalhos |
| QUARTO: De Eugénio Silva de Almeida e Outros , com morada em Vale Cordeiro, Arganil, a requerer operação de destaque de uma parcela de terreno, situada em Vale Cordeiro, Arganil |
| Presente a informação do Técnico Superior Bruno Dinis, datada de 11/01/20123, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: |
| Municipal, sob o n.º 612, datado de 30 de novembro de 2013, vem, Engénio Silva de Almeida e outros requerer ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com a redação dada pelo Decreto-lei 26/2010 de 30 de Março a isenção e dispensa de licença ou autorização para a seguinte operação urbanística: destaque de uma única parcela situada em Vale Cordeiro, freguesia de Arganil. |
| O requerente procedeu às correcções solicitadas no ofício S/8618/2012 |
| Verifica-se que ambas as parcelas não se encontram condicionadas por REN |
| O pedido encontra-se em conformidade como n.º 4 do artigo 6.º do D.L. 555/99 de 16 de Dezembro com a redação dada pelo Decreto-lei 26/2010 de 30 de Março |
| Proposta: |
| Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 11.01.2013: "À Reunião de Câmara" |
| A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente. |
| Emita-se a certidão de destaque. Notifique-se |







| Analisado que foi o processo, deliberou-se por unanimidade, emitir a certidão. À DGU para operacionalização |
|---|
| Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº cinco A/ dois mil e dois, de onze de Janeiro, a fim de se tornar definitiva e executória imediatamente |
| |
| SÉTIMO: De António de Oliveira Fernandes , residente em Barreiros, Sarzedo, a requerer licença especial para acabamentos de uma habitação unifamiliar, localizada no lugar e freguesia do Sarzedo |
| Presente a informação do Técnico Superior Bruno Dinis, datada de 09/01/2013, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: |
| 1. Generalidades |
| 1.1. Por requerimento n.º 1 de 03/01/2013, vem o Sr. António de Oliveira Fernandes solicitar a licença especial para acabamentos de edifício destinado a habitação unifamiliar, localizado em, Sarzedo, pretensão enquadrada na no n.º 6 do artigo 58.º do RJUE |
| 1.2.2. Calendarização |
| 1.2.3. Fotografias do imvel 1.2.4. Estimativa orçamental |
| 2. Características da proposta |
| 2.1. Os trabalhos a levar a cabo para que a obra seja concluída são os seguintes: 2.1.1. Revestimento de paredes e pavimentos, |
| 3. Proposta |
| 3.1. Depois de analisado o pedido e considerando as justificações apresentadas na memória descritiva e o atual estado da obra propõe-se à câmara municipal o deferimento da pretensãoÀ consideração superior |
| Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, |
| datado de 10.01.2013: "À Reunião de Câmara" |
| Analisado o processo em apreço e considerando o conteúdo da informação supra, deliberou-se, por unanimidade, emitir a respectiva licença, dado que não se |



Capítulo Quarto

Empreitadas

<u>Capítulo Quinto</u>

 68° , da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Comunicações da Presidência

| O Senhor Presidente deu conhecimento do seguinte: |
|--|
| de que se anexa cópia à acta e se dá por transcrita para todos os efeitos legais2 – Do mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, |
| referente à proposta de Lei 122/XII - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais |
| 3 – Do Plano pormenor quinta da Estafeira referindo que está a decorrer, até ao dia 11 de Fevereiro, o periodo de discussão pública do Plano de Pormenor relativo à Quinta da Estafeira, findo o qual, depois de fazer um Relatório das participações dos cidadãos e entidades, será submetido à Assembleia Municipal |
| A Câmara Municipal tomou conhecimento |



ENCERRAMENTO

| E nada quando eram eu, Carla M Presidente | n onze 1aria (| horas e vii Conceição | nte minutos, Rodrigues, | para co redigi | onstar se e vou | e lavrou a assinar, | preser | nte a | cta que |
|--|-------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------|--------------------|------------------------|--------|-------|---------|
| rresidente. | | | | | | | | | |
| | _ | | | | | | _ | | |
| | | | | | | | | | |